

## Filipa Riacho

---

**De:** Ana Calmeiro [5356@solicitador.net]  
**Enviado:** quarta-feira, 27 de abril de 2016 15:42  
**Para:** CAAJ - Correio Oficial  
**Cc:** 'Hugo Vazão'; 5449@solicitador.net  
**Assunto:** fixação do número máximo de processos judiciais a distribuir a agente de execução-  
pedido de constituição de interessados  
**Anexos:** doc01449920160427144208.pdf  
**Importância:** Alta

Boa tarde,

Serve o presente para remeter requerimento com pedido de aceitação da sociedade e seus agentes de execução, melhor identificados no documento em anexo, para contribuírem para os trabalhos de fixação de número de processo judiciais a distribuir por agente de execução.

*Com os melhores cumprimentos,*

*Vazão, Calmeiro, Biscoito & Ramos – Soc. Agentes de Execução, R.L*  
Rua Alberto de Serpa, nº7 A - Sta. Marta do Pinhal  
2855-126 Corroios  
Tel. 211931665\*Fax. 211931271

COMISSÃO PARA O ACOMPANHAMENTO  
DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA  
Entrada / ~~Processo~~ N.º 2030/2016  
Processo N.º 37/2016  
Data 28.04/2016

Vazão, Calmeiro, Biscoito, Ramos & Assoc.  
Sociedade de Agentes de Execução, SP, RL  
S.P. nº 98

Exmo. Sr. Presidente da C A A J  
Rua de Artilharia 1, n.º 63, piso 3,  
1250-038 Lisboa

Assunto: Fixação do número máximo de processos judiciais a distribuir a agentes de execução (Anúncio 1/2016). Apresentação de contributos.

Corroios, 27 de abril de 2016


Exmo. Sr. Dr. Hugo Lourenço,

Na sequência da publicação do anúncio para apresentação de contributos relativos à fixação de número máximo de processos judiciais a atribuir a cada Agente de Execução ou sociedade de Agentes de Execução, vimos pelo presente manifestar interesse em indicar alguns aspetos que consideramos serem importantes e a levar em conta para fixação do número e dos critérios de atribuição de processos, passando em seguida às nossas conclusões a respeito do tema em análise.

Vimos requerer a V. Exa. se digne a considerar a Sociedade Requerente e os seus sócios Agentes de Execução como interessados para participarem e darem o seus contributos nos estudos de fixação do número máximo de processo a atribuir a cada agente de execução.

Desde logo, gostaríamos de informar a nossa realidade:

- 1) A nossa Sociedade de Agentes de Execução trabalha desde 2011, e investiu valores avultados em tecnologia, meios humanos habilitados, formação adequada, meios informáticos, instalações a fim de prestarem o melhor serviço e poderem assegurar celeridade processual aos processos judiciais que nos são confiados, conforme imperativo legal;



- 2) Damos emprego a vários funcionários forenses e trabalho a 5 agentes de execução.
- 3) Tenha-se em atenção que o fato de o agente de execução ter confiados muitos processos não quer significar necessariamente que os mesmos são tramitados com pior qualidade, ou que o fato de estarem parados seja inércia do agente de execução, pois que, podem e a maior parte das vezes estão a aguardar Despacho judicial ou estão sustados ou suspensos por imperativo legal;
- 4) Apesar de termos menos processos confiados que cada secretaria judicial empregamos mais funcionários que uma secretaria judicial, aliás por cada vez são confiadas a mais atribuições ao agente de execução (leilão, saldos bancários, aberturas de propostas, penhoras, pepex);
- 5) Temos confiados muitos processos convolados de PEPEX, não obstante termos também diversas ações executivas que não provêm do pepex;
- 6) Não obstante em número os Pepex's convolados predominarem em valor de quantias exequendas esses processos não são expressivos;

Algumas considerações:

- 7) A Portaria 282/2013 versa sobre os honorários dos agentes de execução, fixa o valor dos honorários em função da recuperação e mesmo no caso dos processos recuperados integralmente o valor máximo que o agente de execução recebe num processo convolado em média são €300,00, sendo que nesta verba estão incluídos os honorários mas também as despesas dos processos e da estrutura;
- 8) Nos processo não recuperados o valor a que o Agente de execução tem direito - €153,00 – não permite muitas das vezes fazer face às despesas do processo;
- 9) A verdade é que nos processos de crédito hipotecário o valor da recuperação será bem mais significativa e nos processos de valor avultado sem garantia hipotecária a recuperação pode facilmente chegar aos €20.000,00, por processo.
- 10) Por exemplo, num processo em que se executa uma livrança de €50.000,00, com recuperação o Agente de execução terá sempre assegurado o pagamento de €5.255,00, num processo em que se dá à execução uma injunção de €1.000,00, e é recuperado o Agente de execução apenas receberá €355,00;
- 11) Queremos com isto dizer que o número de processos é relativo e não se traduz em nada, pois que economicamente falando um escritório que recebe 1000 processos ano, de



valor aproximado a 1000,00 de quantia exequenda encaixará em hipótese €355.000,00 para fazer face às despesas e um escritório que recebe 710 processos executivos em que se execute livranças de 5000,00 cada, encaixará as mesmas verbas, tendo recebido menos 290 processos, ou seja, a economicamente falando a igualdade não estará nos números de processo atribuídos, mas talvez nas quantias e títulos em causa e nos meios disponíveis;

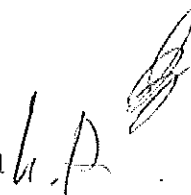
- 12) Por outro lado, e abandonando a vertente económica e falando dos meios ao dispor para tramitar os processos, parece-nos que um escritório que não dá formação aos funcionários forenses e que não inscreve os seus funcionários e opta por contratar prestadores de serviços, ou melhor que não opta por fazer qualquer contratação de funcionários para que o trabalho decorra sem incidentes e de forma célere também estará em menores condições de receber processos executivos, sejam de que natureza forem;
- 13) Aliás, se é verdade que os Agentes de execução formados para o efeito pela OSAE têm direito a trabalhar e a ter processos confiados, também não é menos verdade que o funcionário forense formado pela OSAE também tem direito a ter trabalho, e o que é certo é que se o número de processos atribuídos a cada Agente de execução for demasiado baixo estas pessoas perderão o seu emprego;
- 14) Aliás haverá que ter bom senso, que acreditamos haja, já que os escritórios formaram as suas estruturas humanas e funcionais, atentos os processos que lhe foram confiados, pelo que um corte radical e cego levaria ao despedimento em massa e eventual insolvência de muitos escritórios que assumiram compromissos de pagamento perante terceiros (fornecedores / funcionários contratados) que ficarão impossibilitados de cumprir, pelo que chamamos a atenção para a necessidade de *vacatio legis*, períodos de adaptação e necessariamente critérios válidos de atribuição de processos;
- 15) Qualquer alteração impõe-se que não seja retroativa, que não leve em conta os números que cada escritório / agente de execução já tem atribuídos, salvaguardando-se assim os direitos já adquiridos e a igualdade relativa e justiça social;
- 16) O número de executados que cada processo executivo tem sempre terá que ser levado em conta, já que quanto maior o número de executados maior a possibilidade de recuperação efetiva de cada processo, e maior o valor dos honorários a receber pelo agente de execução;



- 17) Um processo de cobrança efetiva de uma livrança de €20.000,00 não poderá ser recuperado no mesmo tempo que um processo em que se execute uma injunção de €1.000,00 atento o número de diligências a concretizar, que decerto será significativamente diferente, senão veja-se, que no primeiro caso haverá decerto penhora de imóveis, veículos, vencimento, créditos, citações diversas e despachos judiciais e no segundo estará provavelmente em causa a penhora de vencimento e saldos bancários, pelo que, um agente de execução, que tem confiados muitos processos de valores diminutos provavelmente conseguirá tramitar mais processos que um agente de execução com processos de valor avultado;
- 18) Os processos convolados de PEPEX apenas asseguram o pagamento da fase 3 (€62,73) e não do valor da fase 1 e 3 (€94,10 + €62,73), que os restantes também asseguram, pelo que são menos rentáveis, se é que, o são de todo;

Em conclusão:

- 1) Vamos tratar como iguais os iguais e como desiguais os desiguais, assegurando-se assim a tão importante IGUALDADE RELATIVA e JUSTIÇA DISTRIBUTIVA;
- 2) Haverá que levar em conta todos os meios humanos de cada escritório, não só os agentes de execução que o compõem mas também o número de funcionários forenses inscritos por cada agente de execução, para definir o número de processos a atribuir;
- 3) Vamos valorar as sociedades de forma diferente do agente de execução;
- 4) Não há contingentação de processos para os restantes intervenientes processuais, nomeadamente Juizes e funcionários judiciais, que permitam-me, bem precisavam!, por que razão estamos a limitar aos agentes de execução?!, não será isto desigual?!
- 5) Em 2003, os processos eram distribuídos por todos os agentes de execução e ainda assim, permitam-me, parece não ter sido tal que fez o sistema funcionar?!
- 6) O número de processos a atribuir por cada agente de execução deve variar em função da área do país onde este labora/ tem escritório, pois as necessidades nas zonas urbanas serão necessariamente diferentes do interior do país, sob pena de se aumentar exponencialmente e sem justificação o custo do processo executivo;



- 7) O limite de processos a atribuir a cada agente de execução deverá ser o suficiente para justificar e possibilitar suportar os encargos da estrutura / escritório / deslocação e garantir um rendimento condigno ao agente de execução;
- 8) Posso dar como exemplo, uma agente de execução cujo historial conhecemos, que tinha atribuídos 300 processo executivos e não tinha um único funcionário e que teve que fechar o escritório e emigrar para Londres, por não ter tido a capacidade de sobreviver e garantir rendimento condigno, por isso, vamos pensar na questão de forma justa e que garanta sustentabilidade e rendimento bastante para que não se equacione sequer ter que emigrar;
- 9) Vamos pensar no escritório como um todo, e vamos considerar todos os agentes de execução que o integram e que nele trabalham;
- 10) Vamos considerar o valor de cada ação quando atribuímos os processos;
- 11) Vamos levar em conta que podemos chegar ao extremos de sendo totalmente recuperados todos os processo que o agente de execução recebeu no início do ano, por exemplo por serem pepex's convolados de baixo valor que se recuperam com penhora de vencimento, e que tal determine que no final do mesmo ano o agente de execução não tenha processo para tramitar e naturalmente não poderá ser uma profissão sazonal;
- 12) Vamos pensar na natureza do processo e no título que está em causa e na quantia exequenda e a durabilidade da ação, bem como o número de executados de cada processo;
- 13) Haverá que ter em conta a morada do escritório do agente de execução;
- 14) Haverá que criar um período de adaptação à nova realidade adequado à dimensão atual de cada escritório, por forma a que todos os investimentos concretizados e expectativas criadas, não saiam frustrados e não se criem escritórios insolventes.

Mediante os critérios fixados na lei para atribuir a cada agente de execução o número de processo que estivessem em condições efetivas de tramitar, fixar-se-ia casuisticamente e anualmente o número de processos a atribuir, assegurando assim uma justiça relativa.





Em suma, vamos avaliar caso a caso cada agente de execução, avaliando meios, e atribuindo com verdadeira igualdade desigual, analisando todas as vertentes, que se impõe à luz da Constituição, fixando-se critérios de razoabilidade e permitindo aos visados pronuncia relativamente ao número a fixar anualmente, suscetíveis de alteração, mediante fundamentação e apresentação dos números de processos efetivamente ativos e suscetíveis de tramitação pelo agente de execução (desconsiderando os insolventes, a aguardar despacho judicial/liminar, apoio judiciário ou qualquer outra circunstância que não se deva a inércia do agente de execução.


Ainda que assim não se considere e se opte por apresentar valor idêntico de processo por cada agente de execução deveria ser fixado um número nunca inferior a 3000 processos/ ano, sendo-lhes impostas obrigações, nomeadamente de contratar um determinado número de funcionários por cada 1000 processos e ter instalações condignas e meios informáticos de adequados, deixando no restante ao critério dos intervenientes processuais.

Ficando o dispor para qualquer esclarecimento adicional, e para contribuir no que entendam por oportuno, vimos pelo presente apresentar os nossos melhores cumprimentos,

Os Agentes de Execução,

  
(Ana Calmelro – C.P. 5356)

  
(Hugo Vazão – C.P. 4739)

  
(João Ferreira Biscoito – 5449)